

# EDITORIAL

Este número sai poucos meses depois da realização da terceira edição do Encontro de Revistas Científicas de Planejamento Urbano e Regional, realizado no Instituto de Economia da Unicamp, em maio passado, no interior do IX Seminário de Avaliação do Ensino e da Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais. Trata-se de um evento que desde 2014 vem se estabelecendo como parte fundamental do calendário oficial da ANPUR, como uma ocasião privilegiada de discussão sobre temas comuns aos periódicos da área.

Tendo como foco as “Estratégias e Desafios de Internacionalização dos Periódicos Científicos”, o evento foi organizado em quatro momentos sucessivos: a conferência de abertura de Abel Packer, um dos idealizadores do SciELO e atual Coordenador do Programa SciELO/FAPESP, sobre os ritmos e tendências da internacionalização na América Latina; a mesa redonda sobre as bases de classificação de revistas científicas adotadas pela CAPES, composta pelos coordenadores das áreas de Planejamento Urbano e Regional, Clóvis Ultramari, e Arquitetura e Urbanismo, Wilson Ribeiro dos Santos Junior; a mesa centrada em três dos principais periódicos brasileiros da área, composta pelos editores da RBEUR, URBE e PÓS-FAU; e os três grupos simultâneos de trabalho que se debruçaram sobre as “exigências das bases indexadoras”, a “rede de revisores de periódicos científicos” e a “ética autoral e editorial”, respectivamente coordenados pelos editores da RBEUR, da Oculum Ensaios (PUC-Campinas) e da PARC-Unicamp.

A oportunidade de discutir temas comuns com a amplitude e abertura que um evento dessa natureza permite é certamente fundamental para o aperfeiçoamento da pesquisa e da difusão científicas na área, para além dos critérios elementares, prioritariamente quantitativos, que vêm dominando a avaliação da produtividade acadêmica nos últimos anos. Enquanto tal, esse III Encontro mostrou-se não somente importante para o alinhamento entre políticas científicas e políticas editoriais diversas, mas também para a qualificação da RBEUR como espaço legítimo de gravitação da produção científica dos mais de 70 programas de pós-graduação brasileiros associados à ANPUR, assim como de toda uma comunidade de pesquisadores dedicados aos estudos urbanos e regionais, dentro e fora do país.

O presente número explora um leque muito variado de temas e abordagem, que todavia ecoam algumas discussões mais amplas acerca da organização do território. Em linhas gerais, é possível identificar duas ou três questões que os aproximam.

Um primeiro conjunto de textos remete à natureza ao mesmo tempo ecológica e cultural do território, assim como às disputas ligadas a sua ocupação por grupos diversos, em posição de desigualdade, hierarquia e resistência. Pautando-se ora pela reflexão sobre modelos e práticas de segregação/ integração, ora pela discussão acerca de movimentos e estratégias de radicação de minorias étnicas e sociais, os primeiros quatro artigos problematizam alguns paradigmas técnicos, teóricos e políticos de organização do espaço à procura de alternativas críticas, ecológicas e culturais às tendências hegemônicas.

Assim, o artigo de Ana Cláudia Castilho Barone, “*Harland Bartholomew e o zoneamento racialmente informado: o caso de St. Louis*”, que mapeia a trajetória do urbanista norte-americano, chefe de um dos mais bem sucedidos escritórios de planejamento dos EUA, iluminando especialmente sua longa atuação naquela cidade marcada por fortes tensões raciais. Na tentativa de reabrir os fundamentos raciais do zoneamento compreensivo, a autora investiga a superposição ali entre segregação racial e segregação residencial, discutindo a permeabilidade das legislações de ordenamento territorial e das políticas habitacionais norte-americanas aos paradigmas racistas e racialistas tão influentes naquele país.

---

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n3p431>

Editorial licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY).

O artigo de Agni Hévea dos Santos, “*A justiça ambiental e os novos direitos constitucionais: a função socioambiental dos territórios quilombolas do Parque Estadual da Pedra Branca*”, retorna à temática ao examinar a pertinência de certo “racismo ambiental” na base do ambientalismo canônico. Focalizando dois territórios quilombolas oficialmente reconhecidos na baixada de Jacarepaguá, região tensionada pelo mercado imobiliário e grandes eventos esportivos no Rio de Janeiro, reflete-se sobre a importância das culturas e ecologias de resistência para a formulação de princípios socioambientais em países, como o Brasil, marcados pela recorrente transferência a grupos étnicos e de renda vulneráveis dos danos produzidos por operações econômicas e decisões/ omissões em políticas públicas.

O alvo do artigo de Marcos Aurélio Saquet, “*A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial*”, é a elaboração de um conceito contra-hegemônico de território, adequado à cooperação entre geógrafos e grupos rurais e urbanos minoritários. Partindo de experiências de extensão com camponeses agroecológicos e moradores de periferias pobres do interior do Paraná, o autor revisa toda uma tradição teórica de “redescoberta do território” como estratégia de compreensão de suas formas reticuladas de produção, em seus diferentes níveis escalares e mecanismos econômico-políticos de desterritorialização e reterritorialização na contemporaneidade. No limite, trata-se de pensar as possibilidades de uma geografia capaz de reagir ativa e criativamente às práticas de auto-organização e participação de populações tradicionais em prol de um desenvolvimento territorial multidimensional, de base local.

Também atento à necessidade de se observar as necessidades fisiológicas e antropológicas das populações, suas práticas cotidianas, relações de proximidade, saberes e fazeres locais, para a formulação de alternativas às políticas de desenvolvimento territorial é o artigo “*Lugar, pluralidade da existência e democracia*”, de Marcos Xavier. Partindo de uma reflexão do momento distópico contemporâneo, de ausência de projeto democráticos, o autor faz um balanço dos usos do território brasileiro a partir da segunda metade do século XX também no esforço de reflexão acerca das potencialidades do espaço geográfico como “federação de lugares” diversos, habitados por sujeitos concretos, herdeiros de conflitos e carências históricas, assim como de valores e práticas peculiares, como estratégia de formulação de políticas públicas centradas na redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações.

Um segundo conjunto de artigos aborda a formulação de políticas urbanas e regionais, uma pauta importante na investigação da relação entre sociedade civil e Estado. Os artigos revelam estratégias de enfrentamento das questões urbanísticas, ambientais e fiscais que se colocam com cada vez maior urgência.

Os conselhos municipais ligados à política urbana constituíram-se desde a Constituição de 1988 como novos espaços de negociação e inter-relação entre atores sociais e o Estado. Andrea Luiza Currallinho Braga e Huáscar Fialho Pessali, no artigo “*Política Urbana e participação: presença e voz no conselho da cidade de Curitiba*”, analisam em seu interior a presença e a voz dos representantes da sociedade civil e do Estado. A partir da leitura das atas das reuniões do Conselho de Curitiba, os autores mostram a ampliação de um espaço institucionalizado que pode ser entendido como potencialmente de interação, discussão e decisão, complementando outras formas de se fazer política urbana na cidade.

Ao descrever a concepção da política ambiental elaborada para uma antiga área de mineração em Nord-Pas-de-Calais, na França, adotada como referência para propostas no planejamento metropolitano de Belo Horizonte, as autoras Ana Mourão Oliveira e Heloisa Soares de Moura Costa propõem no artigo “*A trama verde e azul no planejamento territorial: aproximações e distanciamentos*” uma reflexão crítica sobre as possibilidades de adoção de um modelo desenvolvido para realidades regionais tão díspares. A denominação “trama verde e azul” é associada na França à noção de urbanismo ecológico, de forte apelo ambiental, e parece servir para a criação de identidades e narrativas úteis ao desenvolvimento de políticas públicas. No contexto regional de Belo Horizonte, as propostas, mais do que sua dimensão como política pública, têm a potencialidade de articular e fortalecer movimentos sociais na perspectiva de transformação sócio-espacial.

Para entender as diferentes dimensões da recente crise hídrica na macro-metrópole paulista, os

autores Renato Mauro Richter e Pedro Roberto Jacobi optaram por realizar uma pesquisa qualitativa com alguns dos atores envolvidos no episódio, focalizando especialmente os representantes da sociedade civil. O artigo “*Conflitos na macro-metrópole paulista pela perspectiva da crise hídrica*” analisa os interesses envolvidos e revela, por um lado, as novas dimensões da relação entre a questão ambiental e a sociedade e, por outro, as assimetrias que emergem nas novas práticas de gestão, claramente diferenciada no que diz respeito às formas de acesso à água.

Em uma outra linha de investigação, Luís Mauricio Borges propõe como hipótese que a política fiscal possa ajudar a esclarecer os interesses e conflitos presentes nas políticas urbanas das cidades. O artigo “*Um estudo comparado das relações da Política Fiscal e Urbana com as dinâmicas políticas e imobiliárias da NYC e MSP*” descreve as diferentes formas e sistemas de imposto sobre a propriedade da terra urbana aplicadas no Município de São Paulo e na Cidade de Nova Iorque entre 2000 e 2015. Nele, o autor procura identificar os espaços, organizações, coalizões e interesses que emergem das configurações da dinâmica política e imobiliária.

O número fecha com uma discussão formulada por Cibele Saliba Rizek em torno das teses centrais do livro recente de Jessé de Souza, “*A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*” (Leya, 2017), em torno das matrizes históricas e das relações sociais ainda em operação no Brasil no momento de urgência colocado pela realidade do golpe em curso no país.

José Tavares Correia de Lira  
*Editor Responsável RBEUR*

Maria Cristina da Silva Leme  
*Editora Assistente RBEUR*